



Luiza Leitão Nascimento

**Crianças-soldado do ISIS:
Uma ameaça futura ao Oeste**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Paula Drumond

Rio de Janeiro

2021.2

Para a minha família, que nunca deixou de acreditar em mim.

Agradecimentos

À minha orientadora, Paula Drumond, pelos conselhos, sugestões, contribuições, e principalmente, pela paciência, humanidade e compreensão de sempre, que foram essenciais para que eu pudesse finalizar esta pesquisa.

À segunda leitora, professora Paula Sandrin, por prontamente aceitar meu convite e à coordenadora do Instituto de Relações Internacionais, professora Manuela Viana, por sempre terem sido solícitas e compreensivas quanto às minhas limitações. Se não fossem as extensões concedidas a mim, eu não teria sido capaz de submeter trabalho algum para avaliação.

Ao meu pai, Paulo Sergio, que foi capaz de me proporcionar o privilégio de ser aluna da PUC, apesar das dificuldades. Agradeço também por todo o amor, atenção, compreensão e preocupação.

À minha mãe, Marcia, meu exemplo de resiliência, por toda compreensão, companheirismo e amor.

Às minhas irmãs, Marianna e Paula, por todas as conversas, o apoio, o amor, o acolhimento, e principalmente, pelas risadas constantes.

Aos meus amigos Ester Barbosa, João Martins, Lucas Telles e Luiza Marques por todos os puxões de orelha, palavras reconfortantes, pelo companheirismo e por sempre me motivarem a continuar.

À toda a equipe do IRI, por todos os ensinamentos ao longo dos anos.

À PUC-Rio, por tornar possível a conclusão deste trabalho.

Resumo

O presente *Policy Paper* tem como objetivo discutir a mobilização de crianças como combatentes nos conflitos armados contemporâneos, buscando compreender de que formas estas são recrutadas e utilizadas por grupos armados, como também quais são os diferentes papéis assumidos por elas durante os conflitos. Em seguida, este realizará um estudo de caso das crianças-soldado que estão inseridas no grupo radical nomeado Estado Islâmico, ou ISIS, cuja atuação se dá primariamente nas áreas do Iraque e Síria. Por meio dessa análise, o trabalho busca se aprofundar principalmente na problemática das crianças-soldado e sua relação com a ascensão do extremismo violento na Síria, país listado como um dos piores lugares para ser uma criança dentre os 11 países mais afetados por conflito. Por fim, busca-se compreender os desafios enfrentados em sua reintegração a partir de discussões sobre o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes desenvolvido pelas Nações Unidas.

Palavras-chave: Crianças-soldado; Conflitos Contemporâneos; ISIS; DDR.

Sumário

1. Introdução	8
2. Infância e as novas guerras	14
3. Crianças-soldado em um mundo globalizado	23
4. O Estado Islâmico e o recrutamento predatório de crianças	29
5. Desarmamento, Desmobilização e Reintegração	39
6. Conclusão	42
7. Referências bibliográficas	43

Lista de figuras

Figura 1: 25 adolescentes atirando em soldados do regime Sírio, em Palmyra.	32
Figura 2: Criança-soldado decapita prisioneiro.	32
Figura 3: Castelo inflável do ISIS em Raqqa, na Síria.	33
Figura 4: Cerimônia de graduação dos filhotes do califado.	36

Lista de abreviaturas e siglas

AIVD	General Intelligence and Security Service
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CRS	Congressional Research Service
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FDS	Forças Democráticas Sírias
HCSS	Hague Centre for Strategic Studies
ICRC	International Committee of the Red Cross
ISI	Islamic State of Iraq
ISIL	Islamic State of Iraq and the Levant
ISIS	Islamic State of Iraq and Syria
JH	Juventude Hitlerista
LRA	Lord's Resistance Army
MRM	Monitoring and Reporting Mechanism
NCTV	National Coordinator for Security and Counterterrorism
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RPG	Rocket-Propelled Grenade
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

1 Introdução

O cenário de pós-Guerra Fria evidenciou um fenômeno que já se encontrava em curso no sistema internacional desde ao menos a primeira metade do século XX: a mutação dos conceitos de guerra estabelecidos até o momento, amplificando significativamente a incidência das proclamadas ‘novas guerras’, como nomeia Mary Kaldor (2012). Este novo tipo de conflito surge principalmente nas áreas da África e do Leste Europeu por uma diversidade de motivos, estando diretamente ligado à globalização e à evolução do Estado moderno, promovendo um embaçamento nas distinções entre guerra, crime organizado e violações dos direitos humanos em larga escala (KALDOR, 2012).

Apesar de as novas guerras não serem de fato ‘novas’, é sabido que a conjuntura internacional do pós-Guerra Fria propiciou a disponibilidade de um grande volume de armas excedentes, o descrédito quanto a ideologias socialistas, a desintegração de impérios totalitários e a retirada do suporte cedido por superpotências (KALDOR, 2012). Ademais, a intensificação das interconexões políticas, econômicas, militares e culturais entre Estados devido a globalização, possibilitou uma revolução tecnológica em termos de informação, comunicação e processamento de dados (KALDOR, 2012). É possível observar o impacto da globalização em muitas das novas guerras, onde a participação internacional se dá principalmente por meio da presença de repórteres internacionais, tropas de mercenários e conselheiros militares, voluntários da diáspora e um “exército” de agências internacionais, sendo mobilizados desde organizações não-governamentais (ONGs), como *Save the Children* e *Human Rights Watch*, até instituições internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (KALDOR, 2012).

No contexto das novas guerras, a linha entre civis e combatentes, que outrora fora bem demarcada, se atenua progressivamente e com uma velocidade sem precedentes. Singer (2006) argumenta que “na Primeira Guerra Mundial, a porcentagem de vítimas civis era menor do que 10% do total; na Segunda Guerra Mundial, o percentual saltou para quase 50% [...] agora, a grande maioria das

mortes em conflitos é de civis e não mais de soldados” (s.p., minha tradução). O autor prossegue mencionando os conflitos africanos do fim do século XX, onde 92% de todas as vítimas fatais consistiam em não-combatentes (SINGER, 2006). Conforme destaca Tabak, “Enquanto que na virada do século XX, a proporção de vítimas militar para civil era de 8:1, [...] na década de 90, a relação entre mortes de militares e de civis é de aproximadamente 1:8” (TABAK, 2009, p.27). Dentre os civis, as crianças são as mais afetadas pelos efeitos das guerras contemporâneas, estando vulneráveis em maior medida à fome, doenças, violências sexuais, sequestros, mutilações e explorações diversas. Em 2007, a UNICEF estimou que somente na década anterior, cerca de dois milhões de crianças foram mortas em conflitos armados, outras seis milhões sofreram sequelas e mais 20 milhões foram deslocadas (SAVE THE CHILDREN, 2020). Apenas em 2018, 415 milhões de crianças ao redor do mundo viviam em áreas de conflito – este número representa uma a cada seis crianças no mundo inteiro, englobando os 149 milhões de crianças residentes em áreas onde ocorrem conflitos de alta intensidade, nas quais anualmente ocorrem mais de mil mortes (SAVE THE CHILDREN, 2020). Desde 2005, cerca de 100.000 crianças foram mortas ou sofreram algum tipo de mutilação em situações de conflito (SAVE THE CHILDREN, 2020).

A Organização das Nações Unidas (ONU) (2009) aponta seis graves violações contra crianças em contextos de conflitos armados: o assassinato ou mutilação de crianças; o recrutamento e o uso de crianças por grupos ou forças armadas; o sequestro de crianças; ataques a escolas e hospitais; negação ao acesso humanitário e estupro, dentre outras formas de violência sexual contra crianças. Ao longo dos últimos 16 anos, a ONU (2021) verificou 266.000 casos de violações graves contra crianças em mais de 30 situações de conflito na África, Ásia, Oriente Médio e América Latina. Em 2021, a ONU foi capaz de verificar que 26.425 violações foram sofridas por crianças em situação de conflito no ano de 2020. Esse montante equivale a 72 violações todos os dias ou 3 a cada hora; este foi o sétimo ano consecutivo a ter pelo menos 20.000 violações confirmadas (ONU BRASIL, 2021). Estes dados demonstram a situação cada vez mais alarmante que jovens meninos e meninas se encontram ao redor do globo. Tal quadro tende a se intensificar com a ocorrência da pandemia da COVID-19, que

teve seu início no princípio de 2020. A pandemia dificultou o acesso de especialistas ao campo de ajuda humanitária às crianças em situação de conflito. Pesquisadores relatam neste período um crescimento exponencial de sequestros, que aumentou em 90%, e de estupros entre outras formas de violência sexual, que aumentaram sua incidência em 70% (ONU BRASIL, 2021).

Dentre os desafios impostos pelas novas guerras à comunidade acadêmica internacional e aos *policy makers*, se destaca uma prática que por sua vez também não é nova, mas que pode ser observada em larga escala no sistema internacional, principalmente no período posterior à Guerra Fria: a mobilização sistemática de crianças como soldados, tanto por meio de exércitos regulares quanto por grupos armados rebeldes (TABAK, 2009). Esta categorização abrange jovens com idade inferior a 18 anos não identificáveis por meio de uniformes, que se organizam de maneira informal em meio aos combatentes adultos e exercem diversas funções dentro do grupo que estão inseridos, podendo estar presentes diretamente na linha de frente de conflitos ou exercer papéis voltados para o suporte do coletivo, atuando, por exemplo, como porteiros, carregadores, cozinheiros ou exercendo tarefas domésticas; a escravidão sexual dentre os demais recrutamentos com fins sexuais também se encaixam nesta categoria (LEE, 2009). Entre 2005 e 2018 foi verificado que um total de 65.081 crianças foram recrutadas e utilizadas por forças ou grupos armados. Mais de 7.000 crianças foram recrutadas apenas no ano de 2018 (SAVE THE CHILDREN, 2020).

Segundo um relatório da ONG *Save the Children* (2020), a exposição de crianças a atrocidades e sua crescente mobilização como contingentes em grupos rebeldes se deve a três principais deficiências: a falta de conformidade dos Estados com as regras, leis e normas internacionais; a falha em responsabilizar os autores de violações; a insuficiência de ações práticas no suporte de crianças, e consequentemente, de sua reintegração na sociedade também. Além desses aspectos, a literatura costuma atribuir diferentes explicações para o fenômeno. O emprego de crianças-soldado por atores armados não-estatais – como grupos terroristas, por exemplo – é comumente atribuído à “barbárie” ou à “irracionalidade” desses atores. Em contextos como Serra Leoa, por exemplo, o emprego de crianças pelos grupos armados foi considerado como constituinte de “um ‘tipo de perversão de cultura’, ‘epidemia’ e ‘praga’” (LEE, 2009, p. 13).

Outro ponto de vista busca procurar respostas para o recrutamento de crianças-soldado no subdesenvolvimento socioeconômico de alguns países. Os motivos mais citados são a pobreza, a falta de acesso à educação e saúde, os conflitos armados, a violência indiscriminada, o fluxo intenso de armas leves e Estados que não garantem os direitos básicos dos cidadãos, os ditos “Estados Falidos” (MITTON, 2012). A falta de combatentes adultos em algumas regiões onde se tem um número elevado de crianças, por exemplo, também é utilizada para explicar a maior concentração de crianças-soldado em certos locais (PAIVA, 2020). Esse seria o caso, por exemplo, de contextos como Angola e Mali, onde crianças menores de 15 anos representam cerca de 50% da população total (SOS CHILDREN’S VILLAGES, s.d.).

Logo, a grande utilização de crianças nas novas guerras pode se dar também pelos avanços tecnológicos que marcaram o século XX, tais como celulares, computadores, e principalmente, armas menores, mais simples e mais leves, de modo que até uma criança seria capaz de aguentar seu peso e aprender a manejá-las (KALDOR, 2012); dentre essas armas estão inclusos rifles, granadas, metralhadoras leves, morteiros e minas terrestres. A distribuição destas está ligada diretamente ao grande fluxo de armas no cenário de pós-Guerra Fria, onde por exemplo, ao invés de destruir as armas excedentes, a Alemanha as disponibiliza no mercado internacional, cobrando 60 dólares por uma metralhadora e 19 dólares por uma mina terrestre. Isso resultou em ao menos 500 milhões de armas leves ao redor do mundo, sendo responsáveis por quase 90% das baixas em conflitos somente na década após a Guerra Fria (HUYNH, 2015, p.129). A arma mais popular internacionalmente é a metralhadora russa AK-47, e segundo Kim Huynh (2015), existiam seis milhões desta no cenário de pós-guerra em Moçambique.

Ademais, durante o período de Guerra Fria, os Estados Unidos, através da CIA, deram apoio a Estados do Oriente Médio que possuíam presença soviética por meio de uma aliança com o ISI, serviço secreto paquistanês, bem como com os representantes dos Senhores de Guerra de grupos de guerrilha *mujahdeen* afegã, disponibilizando a estes armas obsoletas da Segunda Guerra Mundial, adquiridas em estoques militares britânicos (SCALERCIO, 2006). Quando os estoques acabam, o acesso dos beligerantes às armas passa a se dar por intermédio de contrabandistas internacionais, que começam a ter acesso à equipamentos cada

vez mais modernos (SCALERCIO, 2006). Dito isto, mesmo antes do fim da Guerra Fria, já havia um grande volume de armas nas mãos de grupos não estatais, e “essa disponibilidade de armas leves não somente militarizou crianças, mas também suas sociedades [...] consolidando uma ‘cultura de violência’ que se replica através das gerações” (HUYNH, 2015, p. 130, minha tradução).

Entretanto, autores como Rosen (2005) contestam esse ponto de vista. O autor argumenta que “não existe correlação entre disponibilidade [de armas leves] e a presença de crianças-soldado” (ROSEN, 2005, p. 15, minha tradução), pois o debate do uso de armas por crianças é mais complexo que somente pelo peso dos equipamentos. Por exemplo, é tão comum que crianças integrantes do Hizbollah, no Líbano, utilizem armas de granada lançadas por foguetes (RPGs) que recebem o apelido de “geração RPG” (ROSEN, 2005, p. 15). Com a granada inserida, estas armas pesam mais de dez quilos. Crianças muitas vezes apoiam estas em suas barrigas ao atirar contra soldados israelenses, sofrendo consideráveis danos no processo com uma certa frequência (ROSEN, 2005). Ainda que o autor reconheça que armas leves e mais simples tornem mais fácil seu aprendizado e seu manejo, além de poderem ser utilizadas como instrumentos para matar civis, ele aponta que a maior parte dos homicídios ou mutilações contra a população civil em lugares como Serra Leoa e Ruanda foram por meio de facas e machetes, e não por meio de armas de fogo; “em suma, armas leves podem ser armas de destruição terríveis, mas seu papel como um fator na crise das crianças-soldado, é, na melhor das hipóteses, indireto” (ROSEN, 2005, p. 16, minha tradução). Seu ponto é reforçado pelo fato de crianças já serem empregadas historicamente nas guerras ao longo dos séculos, bem antes do advento das guerras contemporâneas, exercendo os mais diversos papéis que não necessariamente o de portar armas, como explicita o trecho:

A proliferação de armas leves e a suposta mudança na natureza dos conflitos são fatores explicativos marginais que ecoam uma visão estreita acerca das crianças-soldado e do que são os conflitos do pós-Guerra Fria. Essa visão, além de ser insuficiente, subtrai o papel das outras crianças que não portam armas e ignora a história das crianças nos conflitos armados (PAIVA, 2020, p. 69).

Por fim, ainda que não se possa afirmar com certeza que o aumento no número de crianças-soldado esteja diretamente ligado à maior disponibilidade de armas leves no sistema internacional, é inegável que o fácil acesso à estes

armamentos modernos tenha contribuído para o aumento de crianças nas linhas de frente em batalhas. Dessa forma, as ditas novas guerras possibilitam um grande aumento na mobilização sistemática de crianças como perpetradores de violência à medida em que cria ou atenua rupturas sociais ao redor do globo, visto que “as crianças, obrigadas a se juntar aos grupos armados, advêm geralmente de grupos considerados de risco: crianças de rua, habitantes de áreas rurais pobres, refugiados ou deslocados internos” (TABAK, 2009, p. 33).

Dito isto, o presente *Policy Paper* tem como objetivo discutir a mobilização de crianças como combatentes nos conflitos armados contemporâneos, buscando compreender de que formas estas são recrutadas e utilizadas por grupos armados, os diferentes papéis assumidos por elas durante os conflitos, bem como os desafios enfrentados em sua reintegração no pós-conflito. Por fim, este *Policy Paper* realizará um estudo de caso das crianças-soldado que estão inseridas no grupo radical ISIS, cuja atuação se dá primariamente nas áreas do Iraque e Síria, buscando se aprofundar principalmente na problemática das crianças-soldado e sua relação com a ascensão do extremismo violento na Síria, país listado como um dos piores lugares para ser uma criança dentre os 11 países mais afetados por conflito (SAVE THE CHILDREN, 2020).

Com isso em mente, a primeira seção tratará sobre a infância e as novas guerras, de forma a entender e se aprofundar na evolução histórica das concepções de infância, destacando sua inserção nas guerras contemporâneas. A segunda seção fará um panorama das crianças-soldado, de forma a problematizar seu uso, assim como entender como e por que são utilizadas por grupos rebeldes. A terceira seção irá afunilar a questão das crianças-soldado pelo ISIS, primeiro fazendo uma análise de seu contexto, seu surgimento, reivindicações e objetivos, para introduzir seus métodos de abdução de crianças, doutrinação e treinamento. A quarta seção levantará algumas reflexões sobre questões relacionadas às crianças-soldado no pós-conflito a partir de discussões sobre o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes desenvolvido pelas Nações Unidas.

2 Infância e as Novas Guerras

A palavra infância, por si só, possui uma conotação negativa à medida em que provém do latim *infantia*, do verbo *fari*, falar, contendo o prefixo de negação *in*, ou seja, o infante é aquele que não fala, não consegue se expressar ou se comunicar de forma alguma; não tem voz (PAGNI, 2010). Essa negatividade é expressa na ideia de menoridade: a criança é “o que não pode nem sabe defender-se, o que não pensa adequadamente ([...] necessita de encontrar quem o submeta a processos de instrução), o que não tem valores morais ([...] carece de ser disciplinado e conduzido moralmente)” (SARMENTO, 2005, p. 368). A infância é construída histórica e socialmente a partir das visões dos adultos acerca do tema. Aquilo que se define como infância, contudo, passou por diversas definições ao longo dos séculos, refletindo as mudanças sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais vividas pelas sociedades (PAIVA, 2020).

Segundo Philippe Ariès (1962), foi somente no século XVII que o “sentimento de infância”, que ainda se encontra presente, tomou forma. Antes disso, não havia uma distinção clara entre as fases compreendidas entre a infância e a idade adulta, tampouco uma separação entre as duas esferas. As crianças eram percebidas como adultos em miniatura, tanto no tratamento dado a elas quanto nas poucas representações iconográficas medievais, nas quais as crianças não possuíam traços infantis e eram muitas vezes retratadas com músculos e feições adultas (ARIÈS, 1962, p. 33). Durante muitos séculos, as crianças das classes mais baixas foram tratadas como adultas, recebendo as mesmas incumbências destes. Eram consideradas capazes de viver sem ajuda da mãe ou de babás, em média, aos sete anos de idade, idade na qual se começava a trabalhar ou estudar (ARIÈS, 1962). Devido à alta taxa de mortalidade nos séculos que compreendem a idade média, a infância representava uma fase não tão importante, sendo preciso ter muitos filhos, já que o esperado era que muitos não vingassem, seja devido a doenças, conflitos ou condições sanitárias (ARIÈS, 1962). De igual forma, foi no século XVII que John Locke (1991) aprofundou sua ideia de “tábula rasa”, onde, em sua concepção, os seres humanos nascem iguais, mas são moldados de acordo com suas experiências de vida humana (PAIVA, 2020). Para ele, a criança

representaria o pleno potencial da vida. Locke é somente um dentre diversos autores que veem a criança tal como um bloco de cera, algo à ser moldado.

Dito isto, a concepção de infância passou por diferentes fases durante os períodos que abrangem a renascença, a reforma protestante, o iluminismo e o romantismo, como explicita Hugh Cunningham (2021) em seu estudo que concerne a pesquisa acerca da infância no período de 1500 até 1900. Durante a reforma protestante, as escolas se tornam objeto de grande importância, sendo uma ferramenta utilizada em conjunto com as famílias, ao invés de substituí-la, pois o seio familiar era considerado o local ideal para a educação. Entretanto, a guerra civil na Alemanha em 1520 convenceu Lutero que a educação deveria ser mudada de dentro de casa para o ambiente público (CUNNINGHAM, 2021, p. 95). Logo, com o advento da contrarreforma católica, as instituições educacionais foram estabelecidas fora do núcleo familiar, e sob o comando da Igreja, as escolas se tornam “um centro de poder e autoridade que frequentemente rivalizam e ameaçam deslocar a família” (CUNNINGHAM, 2021, p. 44, minha tradução). As ordens religiosas, como a jesuíta, se tornam predominantes, estabelecendo internatos para meninos de idades similares, onde vivem uma vida extremamente disciplinada e à parte de suas famílias (ARIÈS, 1962). A sociedade passa a ter a visão que as crianças “não estavam preparadas para a vida, e tinham que ser subjugadas a tratamento especial, uma espécie de quarentena, antes de se juntar aos adultos” (ARIÈS, 1962, p.412, minha tradução). Logo, esse pensamento inaugura a ‘ideologia da infância’, cuja qual dissemina-se a ideia de que o lugar ideal para a criança seria na escola e não exercendo atividades trabalhistas, ainda que houvesse segregações devido à fatores como classes sociais, gênero e raça (PAIVA, 2020).

De acordo com Ariès (1962), o conceito moderno de infância se encontra no iluminismo burguês, onde a criança representa as possibilidades de mudança na sociedade, tanto de ascensão social quanto em termos de educação. Já os românticos não concebem a infância meramente como um estágio preparatório para se tornar um adulto, em sua visão, há a santificação da criança, trazendo o senso da importância da infância, a crença que esta etapa da vida “deve ser feliz, e a esperança que as qualidades da infância, se puderem ser preservadas até a idade adulta, poderiam ajudar a redimir o mundo adulto” (CUNNINGHAM, 2021, p.

59, minha tradução). Neste momento, a preocupação central era que crianças fossem capazes de desfrutar de suas infâncias. Ariès (1962) argumenta que meninos foram os primeiros a serem tratados como crianças de fato, enquanto meninas da mesma faixa etária eram tidas como mulheres; era comum que meninas se casassem com 14 anos, ou até mesmo mais novas, e, em contrapartida, era raro que meninos da mesma idade se casassem.

Como discorre Karl Marx em sua obra “O Capital”, originalmente publicada em 1867, o trabalho infantil – bem como o feminino – se torna amplamente utilizado na Inglaterra industrial pois “à medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo” (MARX, 1996, p. 28). Começa-se a preferir mão de obra infantil, feminina ou desqualificada por serem menos custosas que a de um homem adulto, qualificado ou não. Conforme aponta Marx, por exemplo, “três garotas de 13 anos de idade, com salários de 6 a 8 xelins por semana, deslocaram um homem adulto com salário de 18 a 45 xelins” (QUINCEY, 1844, p. 147 apud MARX, 1996, p.29). O trabalhador, que antes vendia sua própria mão de obra, passa a vender a de sua família, de forma escravagista. Segundo o autor, “crianças de ambos os sexos são empregadas a partir dos 6 e até mesmo dos 4 anos de idade. Trabalham o mesmo número de horas, frequentemente mais, que os adultos” (MARX, 1996, p.94). Desse modo, durante o século XVIII e grande parte do século XIX, a mão de obra infantil era utilizada não somente em fábricas, mas também em minas, na agricultura, na manufatura de metal, em setores de encadernação de livros, no comércio, no artesanato, em cordoarias, em salinas, na manufatura de velas, na produção de rendas e sedas, entre mais outros diversos empregos. Resumidamente, as crianças foram de suma importância na construção da economia capitalista, estando presentes em qualquer área que as contratasse (MARX, 1996; PAIVA, 2020).

Eventualmente, devido a “devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais-valia” (MARX, 1996, p. 33), o Parlamento inglês torna obrigatório que crianças com idade inferior a 14 anos cursem o ensino primário; entretanto, não eram dispostos métodos que garantissem que as crianças de fato recebessem a educação que lhes fora atribuída, bastava que a criança passasse um determinado número de

horas em um lugar denominado escola que disponibilizasse à elas um certificado (MARX, 1996). De igual forma, durante o período compreendido entre 1802 e 1833, a Inglaterra aprovou cinco leis trabalhistas, entretanto, nenhuma era compulsória e não havia uma fiscalização formal. Ademais, dispunham de uma série de brechas, de modo que se tornava fácil que fossem burladas ou dribladas, como no caso do método de ‘revezamento’, onde trocava-se as crianças de incumbência dentro do ambiente de trabalho para que pudessem trabalhar por até 15 horas diárias (MARX, 2013, p. 454 apud PAIVA, 2020, p.24).

Até meados do século XIX, os debates acerca do trabalho infantil se concentravam na Inglaterra, ganhando força nos outros países europeus entre 1860 e 1870; foi a partir de 1840 que as leis envolvendo o trabalho infantil foram passadas na Inglaterra (CUNNINGHAM, 2021, p. 117), porém, em 1850 ainda existiam cerca de 3.732 crianças inglesas empregadas em 257 fábricas (MARX, 2013, p.452 apud PAIVA, 2020, p. 24). Em 1919, a partir da criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tornou-se possível que regulações trabalhistas emergissem com maior força, à princípio estabelecendo limitações na jornada de trabalho a 8 horas diárias ou 48 horas semanais, além da proteção à maternidade, a luta contra o desemprego, a definição da idade mínima para o trabalho em indústrias como 14 anos e a proibição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos (OIT BRASILIA, s.d.).

As crianças também estiveram presentes em exércitos regulares ao longo da história. Por exemplo, há registros que entre os séculos XVIII e XIX crianças fizeram parte da Marinha Real de Napoleão, onde eram utilizadas no suprimento de pólvora aos canhões franceses em meio a batalhas navais. Estes eram denominados “Macacos em Pó”, e eram responsáveis não somente pelo abastecimento, mas também pelo transporte de pólvora dentro dos navios (SINGER, 2006). Devido a isto, sofriam acidentes graves diversos. As primeiras regulações militares norte americanas de 1802 constatavam que menores de 21 anos não poderiam se alistar sem o consentimento dos pais, entretanto, não delimitava uma idade mínima para o alistamento consentido pelos responsáveis. Somente 11 anos depois a idade mínima para o alistamento com consentimento passou a ser 14, e maiores de 18 se tornavam responsáveis pelo próprio alistamento (SINGER, 2006). Outro exemplo se dá na Rússia czarista, onde

meninos judeus russos eram mobilizados pelo exército do czar a partir dos 12 anos, suas presenças sendo ainda mais predominantes no período da Guerra da Crimeia, que se deu entre 1853 e 1856 (NOGUEIRA, 2020). Foi no período compreendido entre 1880 e 1914 que o conceito moderno de abuso contra crianças foi estabelecido socialmente, fazendo com que o século XX fosse marcado pela crescente preocupação pelos direitos e proteção da criança (CUNNINGHAM, 2021).

Na Primeira Guerra Mundial, um rapaz sérvio de 8 anos ficou famoso por se juntar ao exército após ter toda sua família assassinada pelos Austro-Húngaros, servindo como artilheiro. Momcilo Gavric se torna, “após as batalhas de Kolubara e Kajmakalan, o cabo mais jovem do mundo” (NOGUEIRA, 2020). Também durante a Primeira Guerra, é estimado que mais de 250 mil adolescentes tenham servido no Exército britânico, ainda que a idade mínima fosse 19 anos. Isso se dava devido a diversos fatores, como por exemplo, o fato que no começo do século XX era comum que muitas pessoas não possuíssem certidões de nascimento, a altura mínima para alistamento era 1,60, e a cada homem alistado o recrutador recebia uma quantia monetária. Logo, muitas vezes eram aceitos jovens que cumprissem os requerimentos mínimos, uma vez que estavam ávidos para serem combatentes. Ademais, para filhos de imigrantes, portar a bandeira britânica era visto como um sinal de lealdade à pátria que os acolheu (KEANE, 2014).

De igual forma, durante a Segunda Guerra Mundial, crianças estiveram presentes em exércitos regulares na Polônia, na União Soviética e na Alemanha nazista. O *Szare Szeregi* – as Fileiras Cinzentas – era uma associação escotista paramilitar que servia no transporte de mensagens e na distribuição de armas à população polonesa. Era composto principalmente de jovens entre 12 e 14 anos, e é estimado que ao menos nove mil crianças morreram lutando contra os nazistas na capital da Polônia (NOGUEIRA, 2020). Dentre o exército vermelho da URSS, a tradição era que crianças que se tornassem órfãs devido ao serviço militar fossem adotadas pelo mesmo, passando a integrar equipes de artilharia e assalto, ficando conhecidos como “Filhos do Regimento”. É estimado que 25 mil soldados que estiveram na linha de frente combatendo os nazistas tivessem idades entre 6 e 16 anos (NOGUEIRA, 2020). A Juventude Hitlerista (JH) foi essencial para a

ascensão do nazismo, estando presente no período entre 1933 e 1945, promovendo intensa doutrinação de jovens alemães, englobando meninos e meninas entre os 14 e 18 anos, possuindo inclusive uma divisão infantil para crianças acima de 10 anos. A filiação à JH passa a ser obrigatória por lei em 1939 para todos com idade superior a 10 anos, fazendo com que as 100.000 crianças afiliadas ao partido nazista quando Hitler tomou o poder em 1933 se transformassem em 5,4 milhões ao fim do ano de 1939 – este número representa 98.1% dos jovens alemães (ANTÓN, 2016).

Apesar da guerra ter passado por múltiplas fases, métodos e estratégias desde o período sucedente à paz de Vestefália em 1648 – que botou fim à Guerra dos Trinta anos, estabelecendo uma base para os modelos de Estado-nação e soberania estatal – até o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a guerra tradicionalmente sempre esteve diretamente ligada à evolução do Estado Moderno, sendo uma parte integral e inerente da monopolização e da legitimação da violência pelo Estado, se associando diretamente ao *statebuilding* (KALDOR, 2012). As duas guerras mundiais inauguram o conceito de ‘guerras totais’, representando uma fusão entre guerra, Estado e sociedade. O objetivo destas era garantir sua hegemonia perante o sistema internacional, mobilizando todo e qualquer recurso afim de obter a vitória (KALDOR, 2012). Logo, fábricas, plantações e cidades se tornam alvos estratégicos, fazendo com que as baixas civis no século XX tenham sido maiores que as militares dentre todos os países beligerantes; ao fim do século, apenas 20% de todas as vítimas de conflitos eram soldados (TABAK, 2009, p.25).

Do meio para o fim do século XX, os interesses tanto internacionais quanto públicos se voltam para a Guerra Fria, fazendo com que as ditas novas guerras, que até o dado momento eram referidas como guerras internas/civis, ou como ‘conflitos de baixa intensidade’ – conforme fora cunhado durante o período de Guerra fria – fossem ignoradas por não se assemelharem com os conceitos pré-estabelecidos internacionalmente de guerra (KALDOR, 2012). Dessa maneira, enquanto as tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética se encontravam veementes, muitas guerras assimétricas eram travadas ao redor do mundo, tendo seu começo com as guerrilhas de Mao Tse-Tung e seus sucessores, sendo utilizado também por Che Guevara, cujos quais, em tese, tinham como objetivo

capturar os corações e mentes da população em detrimento de promover avanços militares (KALDOR, 2012). Segundo Holsti (1996), das 164 guerras ocorridas no pós-Segunda Guerra Mundial, 77% ocorreram dentro de Estados. O *Stockholm International Peace Research Institute* (2008) contabilizou, no período entre 1998 e 2007, somente três conflitos entre Estados – estando o conflito entre Iraque e Estados Unidos incluso –, enquanto, concomitantemente, foi capaz de identificar outros trinta conflitos internos; este número representa 10 conflitos internos para cada 1 entre Estados (MELLO, 2010).

O modo de fazer guerra que emergiu do esfacelamento das guerras clássicas serviu como base para as novas violências organizadas, nas quais as fronteiras estabelecidas pelo direito internacional são comumente ignoradas. As novas guerras representam uma erosão na autonomia dos Estados sobre o monopólio da força, e em casos extremos, podem causar a desintegração do Estado como um todo, como bem pontua Kaldor (2012). Nestas guerras, juntamente aos métodos de guerrilha, são adotadas táticas de desestabilização contra insurgentes cujos quais disseminam o medo e a raiva na população civil com o objetivo de controlá-los por meio da intimidação, eliminando todos que tenham identidades ou opiniões que difiram das dos grupos armados, bem como manifestações distintas de identidades políticas (TABAK, 2009). A estratégia destes é mobilizar técnicas de intimidações políticas, psicológicas e econômicas, de forma a propagar o terror e o ódio generalizado nas comunidades onde atuam, envolvendo deslocamentos forçados e assassinatos em massa de habitantes; um exemplo disto foram os massacres de civis na Bósnia, Serra Leoa e no Congo (HEUPEL; ZANGL, 2004 apud MELLO, 2010). Alguns teóricos como Holsti (1996), Kaplan (2000) e van Creveld (1991) apresentam a “tese do barbarismo” para entender a violência indiscriminada contra civis, enquanto outros teóricos como Heupe e Zangl (2004), Kaldor (1999) e Münkler (2002) apontam o aumento da violência contra civis como uma estratégia de guerra racional (MELLO, 2010). As novas guerras podem, então, ser definidas por uma combinação de violência organizada com fins políticos, violência organizada com objetivos privados (crime) e violações dos direitos humanos em larga escala (KALDOR, 2013).

E, assim como o monopólio do uso da força, a organização tradicional dos combatentes é rompida; antes, eram dispostos de forma hierárquica, propriamente

uniformizados e facilmente identificáveis. Já nas guerras contemporâneas, é característico a presença de uma variedade de atores informais, descentralizados e não uniformizados, como unidades paramilitares, senhores de guerra locais, gangues, forças policiais, grupos mercenários, exércitos regulares e seus fugitivos e, principalmente, crianças-soldado (TABAK, 2009). O recrutamento de crianças-soldado é considerado por muitos uma nova doutrina de guerra, pois nestes cenários, as crianças passam de somente vítimas das guerras a perpetradoras da violência, sendo consideradas da seguinte forma por comandantes: “são mais obedientes, não questionam as ordens e são mais manipuláveis que soldados adultos” (GRAÇA-MACHEL, 1996, minha tradução). Mais de 30% de algumas unidades de guerrilha colombianas são compostas por crianças, empregadas principalmente na preparação de minas terrestres e na coleta de informações, podendo estar presentes também na linha de frente em ataques paramilitares (TABAK, 2009).

Existe, portanto, uma relação entre novas guerras e o emprego de crianças-soldado, como explicitado neste trecho: “de trinta e um países que tiveram conflitos armados em 1998, crianças-soldado foram usadas em vinte e sete. Crianças com menos de 15 anos foram usadas em vinte duas dessas” (HUYNH, 2015, p. 128, minha tradução). O número de crianças utilizadas por grupos armados não-estatais tendeu a crescer, subindo de vinte e três em 2002 para quarenta em 2006, e cinquenta e sete em 2007 (HUYNH, 2015). Como aponta Singer, “A presença de crianças se tornou um fato do combate moderno, violando a lei que outrora fora universal que elas simplesmente não têm parte na guerra, tanto como alvo quanto como participante” (SINGER, 2006, s.p., minha tradução).

No tocante ao reconhecimento das crianças como sujeitos de direito, foi necessário o advento da Primeira Guerra Mundial para trazer à tona os esforços internacionais pela elaboração do primeiro documento de direitos humanos concernindo especificamente os direitos da criança, coordenado pela então recém-formada Liga das Nações, em 1924 (CUNNINGHAM, 2021). Este recebeu o nome de Declaração de Genebra, constatando que a humanidade deve à criança o melhor que tem a oferecer. De um modo geral, ao falar de crianças, considera-se como tal todos os indivíduos menores de 18 anos, se baseando no conceito da

UNICEF, estipulado na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. Conforme define a convenção, “criança é todo o ser humano menor de 18 anos¹, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (UNICEF, 1989, art.1). Por meio deste trecho pode-se observar que existem brechas que podem ser exploradas por Estados e grupos não estatais, de forma que estes possam incorporar crianças aos seus exércitos de forma *legal* e deveras contraditória. Logo, menores de 18 anos foram e ainda são recrutados em forças armadas nacionais em diversos países, como no Reino Unido, na Irlanda do Norte, no Mali e na Serra Leoa, por exemplo (PAIVA, 2020).

Os conflitos armados, ambiente onde crianças inevitavelmente têm estado cada vez mais inseridas, são apontados como o fator causal para a ocorrência da interrupção do acesso à educação, à perda de familiares, deslocamentos forçados, pobreza e problemas de saúde, incluindo problemas físicos e psicológicos (LEE-KOO, 2015, p. 9). Devido a fatores como a instabilidade econômica, política e social, ao difícil acesso de civis às necessidades básicas, e em muitos casos, o grande número de órfãos – que constituem grande parte das crianças-soldado, como evidencia Jana Tabak (2009, p. 34) – como resultado dos conflitos contemporâneos, as crianças se tornam mais vulneráveis ao recrutamento militar por grupos armados. Muitas vezes, inclusive, se é preferido o alistamento de crianças devido ao seu baixo custo, além da constante necessidade de mais soldados para dar continuidade às guerras.

¹ Entretanto, a concepção de 18 anos como um marco de chegada à idade adulta não faz sentido em diversas sociedades, onde o conceito de infância é tido como uma construção social, tendo outros fatores que marcam a chegada à vida adulta, como por exemplo, o casamento, o ato de dar à luz ao primeiro filho ou após um menino ter que tomar o lugar de seu pai como chefe da família após sua morte, entre outros (LEE, 2009, p. 14).

3 Crianças-soldado num mundo globalizado

Ainda que crianças não comecem guerras, muitas estiveram e estão presentes em conflitos armados internacionalmente, como ilustrado na seção anterior. Entretanto, o termo “criança-soldado” é difundido somente no fim do século XX, tendo sua entrada nos debates da agenda de segurança das Nações Unidas por meio do relatório sobre o impacto dos conflitos armados nas crianças publicado por Graça Machel, em 1996. As preocupações acerca da infância haviam ganhado maior força no cenário internacional após a criação da Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF) no fim de 1989, mas este só citava a situação das crianças em situações de conflitos armados, e não como atores ativos nos conflitos. A convenção é considerada o instrumento de direitos humanos mais aceito na história, ratificada por 196 países que “comprometem-se a respeitar e a fazer com que sejam respeitadas as normas do direito humanitário internacional aplicáveis à criança em casos de conflito armado” (UNICEF, 1989, art. 38, n.1). A Convenção recomenda que medidas de recuperações tanto física quanto psicológica, além da “recuperação e reintegração de crianças vítimas de: qualquer forma de negligência, exploração ou abuso; tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; ou conflitos armados” (UNICEF, 1989, art. 39) sejam providas.

Crianças de rua, habitantes de áreas rurais pobres, refugiados e deslocados internos são citados no relatório de 2008 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) como vulneráveis ao recrutamento por grupos armados. Estes, no momento que o Relatório fora publicado, contabilizavam 46% dos quase 11 milhões de refugiados e pessoa em situação de refúgio (TABAK, 2009, p. 33). Por meio de seu relatório revolucionário nos estudos de relações internacionais, Machel (1996) descreve a participação de crianças como soldados uma das tendências mais alarmantes nos conflitos armados, sendo empregados também como cozinheiros, carregadores – de cargas e pessoas –, mensageiros e espiões (MACHEL, 1996, p.16; 18). Crianças-soldado também se encarregam de tarefas domésticas, sendo jardineiros e guardas, podendo ser empregados também como coletadores de frutas selvagens e vegetais;

muitos trabalham sendo olheiros e mensageiros. E, apesar deste último parecer o mais inofensivo dentre os citados, Graça Machel (1996) argumenta que acaba por botar todas as crianças sob suspeita. Conforme destaca o relatório, “na América Latina, relatórios falam de forças do governo que mataram deliberadamente até mesmo os filhos mais novos em comunidades de camponeses, alegando que eles também eram perigosos” (MACHEL, 1996, p. 18, minha tradução).

O recrutamento dessas crianças pode se dar por meio de sequestros, de recrutamentos forçados, e também podem ocorrer com o objetivo de defender sua família. Em muitos casos, o recrutamento compulsório de crianças-soldado é descrito como sendo ligado a atos específicos de terror e violência, como por exemplo na prática de alguns grupos onde muitas vezes forçam jovens recrutas a matar a própria família, amigos ou vizinhos, de forma a garantir que sejam separados de vínculos familiares, bem como da vida em comunidade (ROSEN, 2005, p. 16). Além do recrutamento forçado, existem situações em que a criança se junta à grupos militares por conta ‘própria’. Machel (1996) reforça, entretanto, a importância de não se considerar este ato como voluntário. Às vezes famílias inteiras estão inseridas em tais grupos, ou crianças se voluntariam por acreditarem ser a única forma de garantir alguma alimentação, vestimentas e atenção médica. Crianças, em muitos casos, são oferecidas aos grupos armados pelos próprios pais por conta de fatores como pobreza e fome; é comum que grupos armados paguem uma pequena quantia referente ao filho diretamente à seus pais (MACHEL, 1996, p. 17).

Em alguns casos específicos, as crianças se sentem obrigadas a se juntarem a grupos armados para sua própria proteção. Conforme aponta Machel, “enfrentando violência e caos por todo lado, decidem que estão mais seguras com armas em suas mãos. Frequentemente, essas crianças ingressam em grupos armados de oposição após sofrerem assédio por parte de forças governamentais” (MACHEL, 1996, p.17, minha tradução). Tendo em mente que, segundo Machel (1996), as crianças com maior probabilidade de se tornarem soldados são as pobres e com origens marginalizadas ou as que são separadas de suas famílias por motivos diversos, em muitas sociedades, o alistamento, em alguns casos, se apresenta como uma opção. Ainda que grupos se utilizem grandemente da ingenuidade de crianças e adolescentes para seu proveito – como por exemplo na

utilização de crianças e adolescentes como homens-bomba –, é importante notar que “crianças também podem se identificar e brigar por causas sociais, religiosas, por autodeterminação ou por libertação nacional. Como aconteceu na África do Sul e em territórios ocupados, podendo se juntar à luta em busca da liberdade política” (MACHEL, 1996, p. 18, minha tradução).

Machel (1996) constata por meio de seu Relatório que após recrutadas, crianças recebem o mesmo tratamento de adultos, incluindo a ocorrência de ritos de passagem violentos em alguns casos. Adicionalmente, uma vez dentro dos grupos armados, crianças são submetidas às piores formas de abuso, sendo obrigadas a exercerem trabalhos forçados, a serem escravas sexuais e a usarem drogas – a utilização destas depende da disponibilidade na área onde estão inseridas, mas as mais comuns são a maconha, a cocaína, anfetaminas e barbitúricos (TABAK, 2014). Em conclusão, o relatório Machel sugere que mais de 300 mil menores de idade estiveram presentes em ao menos 31 conflitos somente naquele período. A partir disso, o relatório inclui recomendações que buscavam o auxílio e a proteção de crianças em situações de conflitos armados. Logo, apesar de crianças terem sido mobilizadas em guerras no passado, sua utilização era considerada uma exceção à regra de que o mundo bélico era de domínio adulto; já nas novas guerras, é característico o uso deliberado de crianças soldado como atores recorrentes, e em alguns casos, atores fixos.

Segundo Kim Huynh (2015), na linguagem popular, crianças são agrupadas juntamente às mulheres, de forma a destacar sua “fragilidade mútua”. Por exemplo, nas Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais, é citado que “mulheres e crianças devem receber respeito especial e devem ser protegidas contra qualquer forma de agressão” (ICRC, 2012, minha tradução); este é o único momento que crianças são citadas neste documento. Ainda que essa visão de fragilidade no que concerne as mulheres seja contestada por reforçar um ponto de vista patriarcal e retrógrado, essa perspectiva não se modificou em relação às crianças. Essa concepção de infância e fragilidade é refletida em grande parte nas iniciativas legais do século XX que buscam protegê-las de toda forma de violência, frisando a necessidade de distanciá-las de áreas de conflito, além de promover alguma forma de desmobilização e reintegração.

Conforme aponta Huynh, “as crianças fazem parte de um dos grupos mais subjugados neste mundo dominado pelo Ocidente, juntamente às mulheres, à classe operária, às pessoas de cor, aos homossexuais e aos pobres globais” (HUYNH, 2015, p. 48, minha tradução). Nesse sentido, a ideia da infância como um estado de inocência pode ser considerado uma concepção falha, pois à medida em que crianças são protegidas do mundo por serem consideradas inocentes, são isoladas, como aponta o autor, tendo suas vozes negadas como consequência. A partir disso, Huynh (2015) destaca a importância do reconhecimento de crianças como atores na sociedade, e exemplifica este ponto de vista com o movimento insurgente que se deu na Síria em 2011, cujo estopim é considerado a revolta civil devido ao aprisionamento e a tortura de quinze meninos sírios que grafitaram o muro de sua escola com mensagens contra o líder do país, Bashar al-Assad (HUYNH, 2015).

Motivados pelos movimentos contra os regimes que ocorriam na Tunísia e no Egito causados pela Primavera Árabe, os meninos, todos menores de 20 anos, escreveram mensagens como “agora é sua vez, Doutor”, em referência à prévia profissão do líder de Estado, um oftalmologista que assumiu após a morte de seu pai (HUYNH, 2015). Em decorrência das injustiças desmedidas causadas a estes jovens, uma grande revolta é gerada entre os adultos sírios, que desencadeia numa série de movimentos insurgentes no país (TARABAY, 2018; ANADOLU AGENCY, 2018). Ao analisar a situação, é importante reconhecer o papel das crianças como seres sociais, que tiveram “a coragem e a visão de grafitar as paredes da escola” (HUYNH, 2015, p. 50, minha tradução), e não somente o dos adultos de se mobilizarem perante tais injustiças. A guerra civil na Síria se estende até hoje, tendo mais de 10 anos de duração. Nesse período, foram deslocadas mais de 13,3 milhões de pessoas, sendo a Turquia o país com o maior número de refugiados sírios, atualmente chegando a mais de 3,6 milhões de pessoas (ACNUR, s.d.). 99% das crianças no Estado sírio vivem em áreas assoladas por confrontos, e em 2018, após aproximadamente oito anos de embates, 4 milhões de crianças – o equivalente a metade das crianças sírias – somente conheciam a guerra (SAVE THE CHILDREN, 2020).

Como bem pontua Machel (1996), apesar da grande maioria das crianças que se associam a grupos armados serem do sexo masculino, meninas também são

recrutadas em larga escala, exercendo por muitas vezes as mesmas funções atribuídas aos meninos; entretanto, o contato com conflitos e grupos armados afeta meninos e meninas de formas distintas, como aponta o dado da ONU que “enquanto que 85% das crianças recrutadas e utilizadas são meninos, 98% das violências sexuais ocorridas foram perpetradas contra meninas” (UNITED NATIONS, 2021). Como menciona Singer (2006), muitas meninas são forçadas a se tornarem “esposas” dos soldados, como no caso do *Lord Resistance Army* (LRA), na Uganda e nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O LRA, grupo cristão, “alveja especificamente meninas consideradas mais atraentes para a abdução. Então elas se “casam” com os líderes da organização, como espólios de guerra. Se o homem morre, a garota é dada a outro rebelde” (SINGER, 2006, s.p., minha tradução).

A organização não-governamental *Save the Children* (2020) faz uma análise das seis graves violações contra crianças em conflitos – mencionados na introdução –, contabilizando 4 fatores predominantes que fazem com que as esferas masculina e feminina sejam divididas. O primeiro é apontado como o mandato limitado dos Relatórios de Mecanismos de Monitoramento (MRM, da sigla em inglês); o relatório é feito para contabilizar somente as 6 violações contra crianças estabelecidas pela ONU (2009), conforme mencionado na introdução, não considerando as diferentes experiências advindas dos conflitos, logo, “não reflete de forma correta e compreensiva como todas as crianças de todos os gêneros experienciam os conflitos” (SAVE THE CHILDREN, 2020, p. 16, minha tradução). O segundo motivo é a falta de denúncias de violações graves contra crianças em conflitos, com especial ênfase para violações de cunho sexual. “Contabilizar a documentação de violações graves contra crianças já é um desafio em tempos de paz; é ainda mais em tempos de conflito” (SAVE THE CHILDREN, 2020, p. 17, minha tradução). O terceiro fator se dá pela desagregação de dados incompleta, sem haver em muitos casos, uma divisão por sexo, idade ou de limitações físicas, apesar de ter sido notado uma melhora no quesito separação entre meninos e meninas na coleta de dados – três quartos da quantidade confirmada de crianças presentes em conflitos armados no ano de 2018 foram identificadas por gênero. A *Save the Children* (2020) aponta a Somália como um país que sempre categoriza crianças-soldado, e a Líbia, como

um lugar onde nenhum gênero é contabilizado. O último motivo pela distinção do masculino e o feminino em conflitos se dá pela invisibilidade das violações contra meninas. “Em muitos contextos, a mobilidade de um indivíduo e sua presença na esfera pública é ditada por normas de gênero subjacentes. Comumente mulheres e meninas são relegadas à esfera privada” (SAVE THE CHILDREN, 2020, p. 17, minha tradução). É esperado que elas atuem como mães, esposas e cuidadoras, e à medida que o conflito se intensifica, a tendência reportada é que passem mais tempos dentro de ‘casa’ que homens e meninos, tendo como resultado que “homens e meninos sejam mais frequentemente alvos de papéis ativos em combates por grupos armados devido à associação de masculinidade com a defesa de lares e comunidades” (SAVE THE CHILDREN, 2020, p. 17, minha tradução). Esse recorte de gênero se reflete, muitas vezes nas taxas de letalidade. Na Síria, em 2013, o número de vítimas do sexo masculino foi mais que o dobro das femininas; dentre crianças de idades entre 13 e 17 anos, as vítimas de sexo masculino constituem quatro vezes mais a quantidade de vítimas de sexo feminino.

Logo, por mais que a presença de crianças não seja uma novidade no cenário bélico historicamente, e crianças-soldados sejam utilizadas “em números significativos em todos os continentes do globo, exceto na Antártica” (SINGER, 2005, s.p., minha tradução), o uso sistemático de crianças como contingentes militares inaugura um novo método de luta dentro dos grupos armados, principalmente por grupos não-estatais. Deve-se levar em consideração os diferentes cenários e culturas nos quais as crianças estão inseridas, bem como os diferentes contextos pelos quais elas lutam, em primeiro lugar, reconhecendo que estas são também seres possuidores de agência, com capacidade de expressar suas vozes e lutar por causas sociais, políticas, dentre outras, como no exemplo dos jovens Sírios.

4

O Estado Islâmico e o recrutamento predatório de crianças

O grupo terrorista ISIS, atendendo por diferentes nomenclaturas, como Estado Islâmico do Iraque e do Levante, de forma traduzida, ou também como somente Estado Islâmico ou Daesh, surgiu no sistema internacional entre os anos de 2013 e 2014 nas áreas compreendidas entre o Iraque e a Síria, como resultado de uma série de processos internos expansionistas que tiveram seu começo como a vertente da Al Qaeda no Iraque em 2004, tendo aliança direta com a al-Qaeda de Osama Bin Laden. Proclama o Estado Islâmico do Iraque (ISI) em 2006, após troca de líderes (HCSS, 2017), indo contra as reivindicações de Bin Laden, que apesar de também almejar o estabelecimento de um califado, recomenda que o processo se dê de forma lenta enquanto é construído apoio popular, considerado de suma importância para o sucesso do grupo (MCCANTS, 2015). Conforme aponta o autor William McCants (2015), a intenção era que um emirado Islâmico fosse estabelecido após a retirada de tropas norte americanas e do estreitamento dos laços entre o grupo terrorista e dentre a comunidade Sunita, até que o nível de califado fosse alcançado, porém não foi assim que os eventos ocorreram, pegando os líderes da al-Qaeda de surpresa ao proclamar um Estado Islâmico no Iraque em 2006.

Segundo o relatório apresentado pelo *Hague Centre for Strategic Studies* (HCSS, 2017), o grupo terrorista nasceu devido às convulsões provocadas no Oriente Médio em decorrência da guerra no Iraque, que teve seu começo em 2003, e a guerra civil na Síria, com começo em 2011. O grupo ganhou fama no período destacado por seu uso indiscriminado de violência, tanto contra muçulmanos quanto contra não muçulmanos, promovendo a religião islâmica de forma extremista (HERNÁNDEZ-CAMPOY, 2021). Conforme afirma o *Hague Centre*, “de forma mais ampla, o ISIS é o resultado de tendências globais de islamização de maior escopo que acentuam as tensões entre religiosidade e modernidade, agravadas por um aumento na militância Islâmica” (HCSS, 2017, p. 5, minha tradução). O terrorismo como uma estratégia política autônoma emergiu dos conflitos contemporâneos, sendo uma variante das táticas utilizadas dentro dos combates de guerrilha (MELLO, 2010). Em grande parte do Oriente Médio, há a crença que “o Oeste, bem como seus valores, não podiam ser confiados, e a

solução era buscar renovação da asserção de normas islâmicas para guiar sociedades Árabes” (HCSS, 2017, p. 6, minha tradução).

O Estado Islâmico se aproveita de sua grande ambiguidade, assim como da falta de informações sobre o grupo e suas origens para aumentar seu poder, se utilizando de diversas estratégias de propaganda ao longo de sua existência. McCants (2015) aponta a criação da bandeira do Estado Islâmico em 2007 como a maior delas. A bandeira preta possui dizeres em branco e em preto, que se traduzem como “não há Deus a não ser Deus, Maomé é o mensageiro de Deus”; o círculo branco no qual pode-se ler “Maomé é o mensageiro de Deus” em preto foi feito baseado no selo que o profeta supostamente usava em suas cartas, de modo a “nos fazer acreditar que o Estado Islâmico herdou o selo do profeta, assim como os califas de antigamente” (MCCANTS, 2015, s.p., minha tradução). A utilização de uma bandeira expressa a ideia de uma nação, da união de pessoas juntas pela mesma causa, e a intenção dos membros do Estado Islâmico era que sua bandeira se espalhasse e se tornasse um símbolo – o que de fato acontece. Em fóruns jihadistas, que eram amplamente utilizados por rebeldes ao redor do mundo, membros comumente utilizavam a bandeira como seus avatares, por exemplo. McCants (2015) ressalta o fato de a Primavera Árabe ter confundido ainda mais o significado por trás da bandeira, sendo utilizada por protestantes islâmicos, que em sua maioria não dispunham de vínculos com o grupo terrorista, almejaram apenas protestar contra o Oeste e mostrar seu descontentamento, fazendo com que “a bandeira tivesse transcendido suas origens para se transformar em um símbolo de protesto político. Mas o grupo que a desenhou estava prestes a lembrar o mundo de seu significado original” (MCCANTS, 2015, s.p., minha tradução).

Em 29 de junho de 2014, primeiro dia do mês sagrado do Ramadan, é estabelecido o califado (HERNÁNDEZ-CAMPOY, 2021 p. 100), sob o comando do califa Abu Bakr al-Baghdadi. Neste, o ISIS proclama o transnacional Estado Islâmico, “sem conter nomes específicos de países para sublinhar o caráter global do califado” (BONT; WEGGEMANS; PETERS; BAKKER, 2017, s.p.), agindo sob a lei da *Sharia*, baseando-se na compreensão literal do Alcorão, acreditando que todos os considerados ‘kafir’, não credores, devem ser mortos (NCTV; AIVD, 2017, p. 5). O ISIS partilha do pensamento *Wahabista*, datado do século XVIII, no qual, fundado por Muhammad Ibn Abd al-Wahhab (1703-1792), dá grande

importância para a “purificação do Islã de qualquer inovação religiosa ao voltar para a origem do Salafismo” (CROOKE, 2009 apud HCSS, 2017, p.9).

Segundo Hernández-Campoy (2021), seu avanço e sucesso se deram principalmente por conta das dinâmicas internas dos governos do Iraque e da Síria, os inúmeros conflitos que existiam e os que ainda existem. A região é amplamente marcada por grandes divergências, diferenças sectárias, além de desavenças históricas entre xiitas e sunitas, que foram de grande ajuda na ascensão do ISIS – porém este tópico não será abordado neste *Policy Paper*. Em 2011, a Primavera Árabe atinge a Síria, fazendo com que protestantes fossem às ruas reivindicando reformas democráticas e liberdade, bem como a soltura de prisioneiros. Esses atos revolucionários foram respondidos com operações militares em larga escala pelo governo sírio, resultando numa guerra civil, das quais surgiram e foram mobilizados centenas de grupos armados que se dividem entre nacionalistas (como o *Free Syrian Army*), grupos étnicos locais (como os Curdos) e movimentos jihadistas (como o ISIS, conforme cunhado em 2013) (BONT et. al. 2017).

Uma tendência cada vez maior no sistema internacional é a utilização de crianças por grupos terroristas, como o Boko Haram e o ISIS, entretanto, o último se diferencia em seus métodos e intenções com a mobilização de crianças. Além das crianças serem muito utilizadas em suas propagandas, elas são consideradas “militantes capazes de matar” e os “guerreiros do amanhã” (BLOOM, 2015; NCTV; AIVD, 2017). Desde 2014, o ISIS tem sido bastante presente em suas redes sociais, postando conteúdos como fotos e vídeos envolvendo a participação de crianças exercendo as mais diversas atividades violentas dentro do grupo, com o objetivo de aumentar sua visibilidade. Além disso, é comum a distribuição de imagens com mensagens de vitória, mostrando os membros do grupo como “guerreiros destemidos” com objetivo de recrutar novos membros; e para intimidar seus oponentes, imagens e vídeos de decapitações e execuções de inimigos – onde, frequentemente, as crianças estão presentes, em muitos casos exercendo o papel de carrasco – são amplamente difundidas em redes sociais como twitter, facebook e Instagram (FARWELL, 2014).

Figura 1 – 25 adolescentes atirando em soldados do regime Sírio, em Palmyra



Fonte: Relatório Quilliam – As crianças do Estado Islâmico.

Figura 2 – Criança-soldado decapita prisioneiro.



Fonte: Relatório Quilliam – As crianças do Estado Islâmico.

Como aponta Bloom (2015), as crianças do ISIS se encaixam dentro de cinco categorias: os filhos de guerrilheiros estrangeiros, filhos de guerrilheiros locais, crianças abandonadas que encontram orfanatos controlados pelo ISIS, os que são tirados a força dos pais e os que ingressam voluntariamente. De acordo com Bloom, “as crianças em acampamentos tendem a ser aqueles que foram

tirados da família ou achados em orfanatos. Crianças em escolas controladas pelo ISIS, por outro lado, tendem a ser as quais foram voluntariadas pelas famílias” (BLOOM, 2015, s.p., minha tradução). O apelo psicológico do ISIS tem um papel muito importante no recrutamento, tanto no aspecto global quanto no local. As pessoas cujo ingresso no grupo terrorista é tido como voluntário, são muitas vezes atraídas por “presentes” dados pelos guerrilheiros do ISIS. Estes podem se dar principalmente por meio de “gasolina, salários, suprimentos e mulheres para casar” (ANDERSON, 2016, p. 9, minha tradução); crianças recebem metade do pagamento de combatentes adultos, que é de 200 dólares por mês. Além disso, o “ISIS provê um senso de ordem em um mundo caótico e desordenado. Especialmente no Iraque e na Síria atualmente, onde as vidas das crianças faltam estrutura que dão significado para a vida social e cultural” (ANDERSON, 2016, p. 12, minha tradução).

Segundo Horgan et al, existem seis estágios da socialização da criança dentro do ISIS, consistindo em: *sedução, educação, seleção, subjugação, especialização e posicionamento* (HORGAN, BLOOM, TAYLOR, 2016). A sedução se dá na exposição inicial do ISIS e suas ideias, que se dão tanto de forma predatória quanto estratégica, por meio de propaganda, comícios, participações em eventos públicos, muitas vezes distribuindo doces e brinquedos às crianças enquanto pregam as benesses que o ISIS provém (BLOOM, 2015).

Figura 3 – Castelo inflável do ISIS em Raqqa, na Síria.



Fonte: Pulitzer Center - Images of Children in ISIS-Controlled Areas from Jihadi Media.

Geralmente agem em mesquitas e festivais muçulmanos, onde crianças estão bastante presentes. Distribuem refrigerantes e doces, assim como panfletos religiosos e CDs. “Devido sua vulnerabilidade como alvos, crianças são suscetíveis a usarem meros brinquedos como a única razão de se juntar ao ISIS. Se os pais se opuserem, o ISIS os ameaça até que não tenham escolha” (ANDERSON, 2016, p. 10-11, minha tradução). A propaganda é tão importante que chegam a serem desenvolvidos jogos de telefone que possibilitam ataques à aviões ocidentais ou à torre Eiffel, por exemplo, além de jogos de alfabeto, direcionados à crianças em fase de alfabetização, apresentando palavras e termos jihadistas relacionados à guerra e violência como *dababa*, tanque de guerra (NCTV; AIVD, 2017, p.5). De igual forma, músicas jihadistas são tocadas em quiosques e tendas, de forma a expor as crianças constantemente aos ensinamentos de forma a reforçar e lembrá-las quais seus papéis dentro do jihad e no califado.

O segundo estágio é a educação. Segundo a Fundação Quilliam (2016), escolas e o sistema educacional são elementos centrais na doutrinação dos filhos do califado, uma vez que moldam “os corações e as mentes” das crianças, sendo considerado *haram* (proibido) que crianças sejam ensinadas em casa, visto que dentro do seio familiar o ISIS não pode saber nem mediar o que está sendo ensinado. Entretanto, as famílias recebem manuais que as “ajudam” a criar os filhos do califado, que vão de acordo com a ideologia do grupo, podendo conter histórias sobre os mártires para que leiam para seus filhos (NCTV; AIVD, 2017, p. 9, minha tradução). É obrigatório que meninos entre 6 e 18 anos e meninas entre 6 e 15 anos atendam às escolas (NCTV; AIVD, 2017). A guerra civil na Síria propiciou que o ISIS pudesse se apropriar de diversas escolas e mesquitas, visto que com o advento da guerra, se torna impossível manter as instituições funcionando, forçando-as a fecharem temporariamente ou por falta de funcionários (NCTV; AIVD, 2017). “Apesar de muitos dos professores escolares sírios terem mantido sua posição, eles devem ensinar agora um currículo controlado pelo ISIS para pupilos segregados por sexo” (BLOOM, 2015, s.p., minha tradução). Os professores devem ser treinados num curso da sharia antes de ensinarem, e são monitorados de perto a todo tempo (QUILLIAM, 2016). “Qualquer um que se recuse a ensinar de acordo com as mudanças no currículo

correm o risco de serem executados” (NCTV; AIVD, 2017, p.6, minha tradução). Dentro das escolas as crianças são doutrinadas dentro da ideologia do ISIS, na qual é ensinado uma interpretação restrita do Islamismo, o salafi-jihadismo, e a educação se dá da seguinte forma:

Matérias como desenho, música, nacionalismo, história, filosofia e estudos sociais são todos removidos. Em vez disso, são substituídos com memorização do Alcorão, *tawheed* (monoteísmo), *fiqh* (jurisprudência), *salat* (prece), *aqeeda* (credo), *Hadith* e *Sura* (a vida de Maomé). Algumas matérias são limitadas, como por exemplo, um livro de geografia só nomeia os continentes e um livro de história só ensina história islâmica. A educação física é renomeada como ‘treinamento jihadista’, e inclui aula de tiro, nado e levantamento de peso. Os livros de educação física incluem rotinas de treino, e também uma seção de armamento que ensina várias partes da história, montagem, disparo e instruções de como limpar e guardar armas leves (QUILLIAM, 2016, p. 31, minha tradução).

As crianças recebem aulas teóricas sobre batalhas e armas, aprendem a diferenciá-las e em quais situações determinadas armas se encaixam melhor, tendo como “elemento chave no currículo reforçar o sentido de nós contra eles” (NCTV; AIVD, 2017, p.7, minha tradução).

A subjugação consiste na brutalização por meio de treino intensivo, cujo qual pode ser mais árduo em algumas regiões que outras. A região de Raqqawi, por exemplo, dispõe de um treinamento lento e um rápido. O lento se dá em 45 dias, envolvendo forte doutrinação, seguido de três meses de treinamento de armas intensivo, e o rápido dura aproximadamente três semanas, seguido de experiência militar em campo, e depois direto para os campos de batalha. Essa tática, entretanto, só é utilizado quando precisam de mais guerreiros (HORGAN, BLOOM, TAYLOR, 2016, p. 11). Isolamento de familiares, a utilização de uniformes além da necessidade de atos violentos de bravura, lealdade e sacrifício fazem parte da subjugação necessária. Todos devem passar por um processo de esquecer do passado, mudando os próprios nomes para nomes árabes, no caso de estrangeiros. A doutrinação geralmente começa nas escolas e logo se intensifica nos campos de treinamento, “onde crianças dentre as idades de 10 e 15 anos são instruídas na sharia, onde se dessensibilizam à violência e são ensinadas habilidades específicas para melhor servir o Estado” (QUILLIAM, 2016, p. 37, minha tradução). No final do treinamento, a lealdade dos filhotes do califado se consolida, visto que são obrigados a passar por diversas provações, “e as dificuldades compartilhadas criam laços fortes de camaradagem com seus colegas,

que vagarosamente se tornam sua nova família” (QUILLIAM, 2016, p. 39, minha tradução). Depois de terminado o treinamento, uma cerimônia é feita e os graduandos desfilam em público, uniformizados e armados.

Figura 4 – Cerimônia de graduação dos filhotes do califado.



Fonte: Relatório Quilliam – As crianças do Estado Islâmico.

Depois que o treinamento acaba, o mentor decide quais especializações os jovens se encaixam, dentre categorias como fabricante de explosivos, soldados, meninos-bomba, informantes ou, ainda no recrutamento de outras crianças (HORGAN, BLOOM, TAYLOR, 2016, p. 11) com o objetivo de passar a credibilidade necessária a outras crianças para que se juntem ao ISIS.

James Farwell (2014) argumenta também que além de ser uma ótima plataforma para a disseminação da propaganda, a internet é também um bom ponto de recrutamento, onde pessoas interessadas podem entrar em contato com guerrilheiros jihadistas, que tiram as dúvidas de como é a experiência lutando na jihad e como se juntar à luta na Síria e no Iraque. Como destaca o autor, “o ISIS até mesmo produziu um vídeo de 13 minutos em inglês chamado ‘Não Há Vida Sem o Jihad’ (de forma traduzida), contendo depoimentos de britânicos e australianos que rejeitam as fronteiras atuais do Oriente Médio, como dividido por poderes estrangeiros na Primeira Guerra” (p.50, minha tradução). De forma parecida, alguns vídeos são disponibilizados onde o líder do ISIS, Abu Bakr Al-Baghdadi se dirige diretamente à juventude Sunita, clamando “eu apelo aos jovens e homens do Islã ao redor do globo e os invoco para se mobilizarem e se juntarem

a nós para consolidar o pilar do Estado Islâmico” (NEW DELHI TIMES, 2014 apud AWAN, 2017)

As crianças inseridas no grupo terrorista recebem o nome de filhos do califado (*cubs of the caliphate* ou *ashbal al-khalifa*, originalmente), e “essas crianças são uma ameaça nos campos de batalha não somente no presente, mas uma ameaça potencial pro futuro” (AL-BAYAN CENTER, 2016, p. 3, minha tradução), visto que estas passam por doutrinações severas, tanto físicas quanto psicológicas desde o mais jovens possíveis, com o objetivo de se tornarem “os guerreiros de amanhã” (NCTV; AIVD, 2017), o futuro do ISIS. A organização enxerga as crianças como versões potencialmente melhores dos guerreiros atuais, pois ao nascer ou crescer dentro da ideologia extremamente restrita destes, aprendendo somente o que lhes é ensinado e vivido cotidianamente, a tendência é que serão moldadas dentro da imagem exata que o ISIS busca passar. Uma outra característica forte do grupo é a presença de famílias inteiras, que têm um papel de extrema importância dentro da propagação da militância totalitária do ISIS, pois estas reforçam os valores ideológicos do grupo nas crianças dentro do seio familiar diariamente “especialmente porque menores são frequentemente suscetíveis a doutrinação de pessoas que eles amam ou são totalmente dependentes: suas famílias” (NCTV; AIVD, 2017, p.5).

Logo, crianças muitas vezes são recrutadas de modo forçado, por meio de membros da família ou da comunidade, através da propaganda, de forma transnacional, por meio da sua escola ou como resultado de pressão familiar ou comunidades que estão inseridas (HORGAN, BLOOM, TAYLOR, 2016). Apesar de muito de seu recrutamento ser voluntário, o ISIS se utiliza bastante do forçado, primariamente sobre as minorias étnicas existentes no Iraque e na Síria. Por exemplo, em 30 de maio de 2014, 600 crianças curdas foram sequestradas de seus ônibus após terem viajados para realizarem provas. “Das 600 [crianças], 186 garotos foram mantidos e mandados para escolas, onde foram treinados e doutrinados” (ANDERSON, 2016, p. 13, minha tradução). Se não se juntarem ao ISIS, as minorias étnicas são assassinadas.

Uma tática amplamente utilizada é a do chamado cyber jihad, no qual se utilizam da internet para mirar em pessoas jovens e impressionáveis como forma

de propaganda e doutrinação (NCTV; AIVD, 2017), e crianças constituem grande parte dos usuários ativos de internet, correndo perigo de serem expostas a doutrinação mesmo estando do outro lado do mundo. A internet, além de ser uma ótima plataforma para a disseminação de propaganda, é também um bom ponto de recrutamento, onde pessoas interessadas podem entrar em contato com guerrilheiros jihadistas, que tiram as dúvidas de como é a experiência lutando na jihad e como se juntar à luta na Síria e no Iraque. Os recrutadores do ISIS estão presentes em plataformas sociais, no e-mail, em salas de bate papo, no twitter e até mesmo no telegram. Um de seus métodos, chamado de “grooming”, consiste no aliciador entender dos gostos da pessoa antes de se aproximar, de forma a construir uma relação de confiança (UNODC, 2017). “O ISIS faz as crianças se sentirem amadas, queridas e entendidas, e se usa disso para distanciar as crianças de seus pais e pessoas queridas. Meninos e meninas na escola deixaram países ocidentais para se juntar ao ISIS” (ANDERSON, 2016, p. 14, minha tradução). É estimado que pelo menos 4.640 estrangeiros menores de idade tenham viajado para territórios tomados pelo ISIS no Iraque e na Síria, constituindo algo entre 9 e 12% do total dos afiliados estrangeiros, que contabiliza ao menos 41.490 pessoas (COOK; VALE, 2018).

Em 2019 é anunciada a derrota do Estado Islâmico na Síria pelas Forças Democráticas Sírias (FDS), que, apoiados pelos Estados Unidos, alegam a “eliminação do chamado califado e a total derrota territorial do Estado Islâmico” (BBC, 2019). Entretanto, deve-se atentar para o fato de que ao perder seu último território, Baghouz, o califado deixa de existir em forma física, mas se mantém vivo nas cabeças e corações das pessoas envolvidas, em especial, as crianças que cresceram dentro da doutrina rígida do Estado Islâmico. Ao fim de 2019, oficiais militares norte-americanos afirmaram que o ISIS foi militarmente derrotado, mas não eliminado. “A organização terrorista provavelmente permanece coesa e ainda mantém uma estrutura de comando intacta, tendo presença em regiões rurais [...] da Síria” (CRS, 2020, p. 14, minha tradução). Com isso, novos desafios pairam sob o sistema internacional: como será dada a reintegração das pessoas previamente envolvidas com o grupo extremista? Quais riscos estas pessoas apresentam para seus respectivos países ao retornar? Quais ações tomar perante as crianças crescidas e radicalizadas dentro desta doutrina extremista?

5 Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

Seguindo o relatório de Graça Machel de 1996, onde é primeiro proposto medidas acerca de recomendações especificamente acerca de crianças-soldado. Neste ela afirma que:

Todos os acordos de paz devem incluir medidas específicas para desmobilizar e reintegrar as crianças-soldado na sociedade. Existe uma necessidade urgente de que a comunidade internacional dê suporte à programas, incluindo os de [...] serviços sociais, para a desmobilização e reintegração de crianças-soldado na comunidade (p.22, minha tradução).

Entretanto, como argumentam Horgan et al (2016), por mais que as práticas de DDR estejam bem estabelecidas, ainda existem diferenciações entre as necessidades de crianças-soldado de uma região para a outra, visto que suas experiências diferem grandemente. As crianças-soldado do ISIS, em específico, requerem uma abordagem mais cautelosa, pois estas foram expostas à uma radicalização sem precedentes, sendo necessário estender e modificar o processo de DDR para que este se molde a suas necessidades. Além da lavagem cerebral sofrida pelas crianças por meio da doutrinação extremamente radical do Estado Islâmico, as crianças são submetidas a diversos traumas tanto psicológicos quanto físicos, e nesse caso, é difícil para a criança se desvincular de sua imagem como soldado pois elas muitas vezes se identificam com o grupo e com o papel que costumava desempenhar dentro deste.

As crianças que passaram por doutrinação religiosa ou política, como no caso das crianças soldado no ISIS, programas tradicionais de DDR tendem a ser inadequados já que seu foco principal é no curto prazo [...] geralmente sendo mais curto que três meses. [...] Daesh se utiliza de uma aproximação de doutrinação longo termo, precisando de uma contra estratégia de igual duração, especialmente com suas crianças soldado sendo a ‘nova geração do Estado Islâmico’, de forma a apagar completamente a narrativa radical das mentes destas crianças (SPYRA, 2020, p. 35, minha tradução).

Ao criar um molde universal nas relações de DDR, acaba-se por não prover mecanismos eficazes para a reintegração das ex crianças-soldado do ISIS, que apresentam um desafio único, pois “são tanto crianças-soldado quanto terroristas” (PAŠAGIĆ, 2019, p.115, minha tradução). Estas crianças são treinadas para serem dessensibilizadas perante violência extrema, vendo atos bárbaros com uma certa naturalidade. Durante o processo de desmobilização, as crianças são

alocadas em centros de cuidado e as famílias são rastreadas para possibilitar seu reencontro, e durante a reintegração, eles voltam para suas famílias e sua antiga comunidade (QUILLIAM, 2016). Entretanto, no caso do ISIS, isso tudo se torna mais difícil a medida em que suas famílias estão, em muitos casos, relacionadas ao grupo terrorista como um todo. Então contar com o apoio do seio familiar, como é feito em muitos casos de DDR em outras situações de pós-conflito, pode representar um desafio ainda maior nesse contexto. Isso porque, em muitos casos, foi a própria família que integrou a criança ao grupo, ou que forneceu livre acesso do ISIS aos seus filhos (exceto, claro, os casos de recrutamento forçado que também existem, como destacado na seção anterior). Outra particularidade que merece atenção está no fato que muitas crianças, recrutadas ou não, já viviam nos territórios que vieram a se tornar parte do Estado Islâmico, e “essa falta de separação entre modos de existência normal e anormal tornam difícil para uma criança compreender quais atividades são aceitáveis e quais não são” (PAŠAGIĆ, 2019, p.114, minha tradução)

Conforme aponta Stephanie Spyra (2020), o requerimento mais básico para a reabilitação bem-sucedida de uma criança previamente ligada ao ISIS, é prover um ambiente seguro, no qual as crianças não se sintam constantemente ameaçadas por perseguições entre outros riscos, como a ‘re-radicalização’, por exemplo. “Somente se as crianças se sentirem seguras elas vão se abrir sobre o que experienciaram e toleraram, é uma necessidade que precisa ocorrer a fim de criar programas apropriados e alcançar uma reabilitação total” (SPYRA, 2020, p. 34, minha tradução). É de extrema importância compreender a diferença entre crianças-soldado e a reintegração e crianças-soldado inseridas em grupos terroristas e sua desradicalização. Os dois apresentam desafios enormes para o sistema internacional, porém, são desafios distintos que carecem ter suas peculiaridades compreendidas, estudadas e utilizadas. Deve-se entender o os traumas vividos pelas crianças e examinar cada caso separadamente para que o DDR possa ser efetivo na reintegração destas crianças na sociedade bem como em sua desradicalização.

Nesse sentido, os programas de DDR da ONU precisam ser adaptados ao contexto dos filhotes do califado, optando por projetos de duração a longo prazo, capazes de interagir e ressocializar essas crianças por meio de projetos de

educação visando primariamente a desradicalização, o acesso pleno aos seus direitos e o afastamento das crianças de áreas nas quais elas possam reintegrar o grupo radical, pois a reintegração de crianças é mais difícil onde os conflitos perduram. Além disso, devem ter acompanhamento psicológico e psiquiátrico, uma vez que as atrocidades vivenciadas com certeza impactarão suas vidas. Deve-se separar a religião da violência, não de modo a descreditar o islamismo, mas de forma a mostrar que a religião não é violenta, a interpretação dela pelo ISIS que é.

6 Conclusão

As crianças-soldado constituem um fenômeno global nada novo no sistema internacional, porém devido aos avanços tecnológicos que caracterizam o século XX e o advento das novas guerras, sua utilização se torna amplamente difundida, se tornando uma nova tática de guerra dentre certos grupos, em especial, o Estado Islâmico. A utilização de crianças soldado pelo grupo terrorista se difere de todos os outros contextos já vistos, não por ter sido pioneira na doutrinação de jovens – que não foi –, mas pelo fato do ISIS se considerar um Estado, e não um movimento insurgente, as crianças são vistas como uma estratégia para a manutenção do grupo no futuro. Para o ISIS, por meio de seus métodos munidos de uma brutalidade desmedida, suas estratégias expansionistas, sua capacidade de conquistar comunidades árabes e não árabes, seu processo doutrinário e o treinamento dado à crianças constituem um projeto ambicioso de *statebuilding*, com intenção de perdurar mesmo após a morte de seus líderes.

O ISIS se utiliza de uma estratégia a longo prazo, visando a sobrevivência de seus ideais mesmo após sua desintegração física com a esperança de que o califado se reerga novamente eventualmente, impondo um risco que paira no sistema internacional. Devido a isso, requer uma ação mais precisa e específica dos mecanismos de DDR, entendendo que esse fenômeno representa um grande desafio de segurança nas relações internacionais, mobilizando um aparato mais robusto para a desradicalização das partes envolvidas. Para que o ISIS acabe realmente, deve-se promover medidas focadas em desacreditar e deslegitimar o grupo dentre os muçulmanos, enquanto promove planos de DDR a longo prazo para os filhotes do califado, bem como para suas famílias e comunidades, mantendo um estado de vigília nas áreas ameaçadas pelo Estado Islâmico, de modo a impedir seu retorno.

7

Referências bibliográficas

ACNUR. Síria, s.d. Disponível em:<<https://www.acnur.org/portugues/siria/>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

AL-BAYAN CENTER. The Cubs of the Caliphate: How the Islamic State Attracts, Coerces and Indocrinates Children to its Cause. Iraque, 2016.

ANADOLU AGENCY. Syria's 'graffiti boy' recalls start of deadly conflict, 2018. Disponível em:<<https://www.aa.com.tr/en/life/syrias-graffiti-boy-recalls-start-of-deadly-conflict/1088949>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

ANTÓN, Jacinto. A Fábrica de Filhotes Nazistas. *El País*, Brasil, 2016. Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/01/internacional/1478025759_957657.html>. Acesso em: 15 dez. de 2021.

ARIÈS, Philippe. Centuries of childhood: A Social History of Family Life, 1962.

AWAN, Imran. Cyber-Extremism: ISIS and the Power of Social Media, 2017.

BBC NEWS BRASIL. Derrota do Estado Islâmico é anunciada na Síria, 2019. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47678823>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BLOOM, Mia. Cubs of the Caliphate: The Children of ISIS, 2015. Disponível em:<<https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-07-21/cubs-caliphate>>. Acesso em: 12 jan. de 2022.

BONT, R. et. al. Life at ISIS: The Roles of Western Men, Women and Children. Security and Global Affairs, 2017. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/319553553_Life_at_ISIS_The_Roles_of_Western_Men_Women_and_Children>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CHOMSKY, Noam. *Failed States: the Abuse of Power and the Assault on Democracy*. Metropolitan Books. Nova Iorque, 2006.

COOK, Joana; VALE, Gina. *From Daesh to 'Diaspora': Tracing the Women and Minors of Islamic State*. ICSR, King's College. Londres, 2018.

CRS. *Armed Conflict in Syria: Overview and U.S. Response*, 2020. Disponível em: <<https://sgp.fas.org/crs/mideast/RL33487.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CUNNINGHAM, Hugh. *Children and Childhood in Western Society Since 1500*. Taylor & Francis Group, 2021.

FARWELL, James P. *The Media Strategy of ISIS*. *Survival: Global Politics and Strategy*. Vol. 56 no. 6, p. 49-55, 2014. DOI: 10.1080/00396338.2014.985436

HCSS. *The Rise and Fall of ISIS: From Evitability to Inevitability*, 2017.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. *Understanding the Nature of ISIS*. *Arts, Humanities, and Social Science Open*, Vol. 12, Issue 1, 2021.

HOLSTI, Kalevi. *The State, War, and the State of War*. Cambridge University Press. Nova Iorque, 1996.

HORGAN, John G.; TAYLOR, Max; BLOOM, Mia; WINTER, Charlie. *From Cubs to Lions: A Six Stage Model of Child Socialization into the Islamic State*. Taylor & Francis Group, 2016.

HUYNH, Kim; D'COSTA, Bina; LEE-KOO, Katrina; *Children and Global Conflict*. Cambridge University press. Reino Unido, 2015.

ICRC. *Legal Protection of Children in Armed Conflict*, 2003.

_____. *Summary of the Geneva Conventions of 12 August 1949 and their Additional Protocols*. Suíça, 2012.

KALDOR, Mary. *In Defence of New Wars*. *Stability*, 2(1): 4, pp. 1-16, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.at>

_____. *New & Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Polity Press, 2012.

KEANE, Fergal. Os adolescentes de 14 anos que lutaram nas trincheiras da 1ª Guerra. *GI*, Brasil, 2014. Disponível em:<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/11/os-adolescentes-de-14-anos-que-lutaram-nas-trincheiras-da-1-guerra.html>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LEE, Ah-Jung. Understanding and Addressing the Phenomenon of ‘Child Soldiers’: The Gap between the Global Humanitarian Discourse and the Local Understandings and Experiences of Young People’s Military Recruitment, 2009.

MACHEL, Graça. Impact of Armed Conflict on Children, 1996.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro 1, tomo 2. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996.

MCCANTS, William. The ISIS Apocalypse: The History, Strategy and Doomsday Vision of the Islamic State. St. Martin’s Press. Nova Iorque, 2015.

MELLO, Patrick A. In Search of New Wars: The Debate About a Transformation of War, 2010.

_____. ‘New’ and ‘Old’ Wars, 2014.

MIDDLE EAST EYE. Meet the Child Soldiers of Yemen, Sent Into Battle By Adults, 2017. Disponível em:<<https://www.middleeasteye.net/news/meet-child-soldiers-yemen-sentbattle-adults>>. Acesso em: 21 out. 2020.

MITTON, K. Irrational actors and the process of brutalisation: Understanding atrocity in the Sierra Leonean conflict (1991–2002). Taylor & Francis Group, 2012.

MÜNKLER, Herfried. Viejas y nuevas guerras: asimetría y privatización de la violencia. Madrid:Siglo XXI, 2005.

NCTV; AIVD. The Children of ISIS: The indoctrination of minors in ISIS-held territory, 2017. Disponível em:<<https://english.aivd.nl/publications/publications/2017/04/26/the-children-of-isis.-the-indoctrination-of-minors-in-isis-held-territory>>. Acessado em: 16 de setembro de 2021.

NOGUEIRA, André. Do exército vermelho a marinha de Napoleão: 10 exércitos que mandaram crianças para a guerra. *Aventuras na História*, 2020. Disponível em:<<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/10-exercitos-mandaram-criancas-para-guerra.phtml>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

OIT BRASÍLIA. História da OIT, s.d. Disponível em:<<https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ONU. Crianças em conflito sofrem 72 violações todos os dias ou três violações a cada hora, 2021. Disponível em:<<https://brasil.un.org/pt-br/141957-criancas-em-conflito-sofrem-72-violacoes-todos-os-dias-ou-tres-violacoes-cada-hora>>. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. Relatório da ONU revela que violações contra crianças em zonas de conflito estão “alarmantemente altas”, 2021. Disponível em:<<https://brasil.un.org/pt-br/132621-relatorio-da-onu-revela-que-violacoes-contra-criancas-em-zonas-de-conflito-estao>>. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. Children and armed conflict, 2009. Disponível em:<https://childrenandarmedconflict.un.org/publications/WorkingPaper-1_SixGraveViolationsLegalFoundation.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. Children and armed conflict, 2021. Disponível em:<https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2021/437&Lang=E&Area=UNDOC>. Acesso em: 22 out. 2021.

PAIVA, Giovanna. Crianças e (in)segurança: A Construção de Narrativas Sobre Crianças-Soldado na Agenda Internacional. Tese de doutorado em Relações Internacionais. Universidade Estadual de Campinas, 2020.

PAGNI, Pedro Angelo. Infância, Arte de Governo Pedagógica e Cuidado de Si. *Educação & Realidade*, v. 35, n. 3, 2010.

PAŠAGIĆ, Aleksandar. Between Child Soldiers and Terrorists: Reintegrating Child Members of the Islamic State. *Journal for Deradicalization*, n. 20. Croácia, 2019.

PULITZER CENTER. Images of Children in ISIS-Controlled Areas from Jihadi Media, 2014. Disponível em:<<https://pulitzercenter.org/stories/images-children-isis-controlled-areas-jihadi-media>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

QUILLIAM FOUNDATION. The Children of Islamic State. Londres, 2016.

ROSEN, David M. Armies of the Young: Child Soldiers in War and Terrorism. New Brunswick: Rutgers University Press, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e Alteridade: Interrogações a Partir da Sociologia da Infância. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

SAVE THE CHILDREN. Stop the War on Children - Gender Matters, 2020.

_____. Stop the War on Children - Killed and Maimed: A generation of violations against children in conflict, 2020.

_____. Stop the War on Children – Protecting Children in 21st Century Conflict, 2019.

SCALERCIO, Márcio. O comércio mundial de armas: aceita-se cartão de crédito. Ensaio publicado na Revista Insight Inteligência, ano VI, 1º trimestre, 2006.

SINGER, P.W. Children at War. University of California Press. California, 2006.

SOS CHILDREN’S VILLAGES. Hunger, Disease, Wars: Children in Africa are Particularly Suffering, s.d. Disponível em:<<https://www.sos-usa.org/about-us/where-we-work/africa/children-in-africa>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

SPYRA, Stephanie. Cubs of the Caliphate – How to Deal With a New Generation of Child Soldiers?. Defence Against Terrorism Review, vol. 13, 2020.

TABAK, Jana. As Vozes de Ex-Crianças Soldado: Reflexões Críticas sobre o Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração das Nações Unidas. Dissertação de mestrado – Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, 2009.

_____. “Melhor Interesse” de Quem? Repensando os Limites da Ordem Política Internacional através das (Re)construções da Criança Mundial e das Crianças-Soldado. Tese de doutorado – Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, 2014.

TARABAY, Jamie. For many Syrians, the story of the war began with graffiti in Dara'a. *CNN WORLD*, 2018. Disponível em:<<https://edition.cnn.com/2018/03/15/middleeast/daraa-syria-seven-years-on-intl/index.html>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

UNICEF. Children recruited by armed forces or armed groups, 2021. Disponível em:<<https://www.unicef.org/protection/children-recruited-by-armed-forces>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

_____. Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989. Disponível em:<<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

_____. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, 2002. Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca#protocolo_conflitos>. Acesso em: 20 ago. 2021.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em:<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. 2019 concludes a 'deadly decade' for children in conflict, with more than 170,000 grave violations verified since 2010, 2019. Disponível em:<<https://www.unicef.org/press-releases/2019-concludes-deadly-decade-children-conflict-more-170000-grave-violations-verified>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

_____. 19 million children internally displaced by conflict and violence in 2019, highest number ever, 2020. Disponível em:<<https://www.unicef.org/press-releases/19-million-children-internally-displaced-conflict-and-violence-2019-highest-number>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

UNODC. Handbook on Children Recruited and Exploited by Terrorist and Violent Extremist Groups: The Role of the Justice System, 2017. Disponível em:<https://www.unodc.org/documents/terrorism/Publications/HB%20Children/Handbook_on_Children_Recruited_and_Exploited_by_Terrorist_and_Violent_Ext

emist_Groups_the_Role_of_the_Justice_System.E.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.